
**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE
OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS - CTPOAR
ATA DA 56ª REUNIÃO**

Data: 17 e 18 de maio de 2007

Locais: 17/05: Rua Boa Vista nº 170, auditório A (Mezanino), DAEE. Centro – São Paulo/SP.
18/05: Rua Costa Carvalho nº 300, auditório “Pudim da Sabesp”, Sabesp. Pinheiros –
São Paulo/SP.

PARTICIPANTES CTPOAR:

- Ministério das Cidades: ausência
- Ministério da Integração Nacional: ausência
- Ministério do Meio Ambiente – ANA: Leonardo Mitre A. de Castro (mitre@ana.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente - SRH: Roberto Alves Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br)
- Ministério das Minas e Energia: Sebastião Domingos de Oliveira (sebastião.oliveira@dnpm.gov.br)
- Conselhos Estaduais MG/ES: Célia Maria B. Fróes (celia.froes@igam.mg.gov.br)
- Conselhos Estaduais SP/RJ: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)
- Conselhos Estaduais CE/BA: Luiz Henrique Pinheiro Silva (luiz.pinheiro@srh.ba.gov.br)
- Conselhos Estaduais PB/PE: Simone Rosa da Silva (simone.rosa@srh.pe.gov.br)
- Conselhos Estaduais RN/AL: Vera Lúcia Lopes Castro (veracastro@rn.gov.br)
- Conselhos Estaduais PI/SE: ausência
- Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Teresa Maria Arruda Lana (teresa.lana@emae.sp.gov.br)
- Irrigantes: Lincoln Correa Curado (lincolncurado@terra.com.br)
- Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Erivelto Luiz Silveira (eriveltols@sanepar.com.br)
- Indústria: Patrícia H. G. Boson (tita@uaigiga.com.br)
- Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: José Estevam da Silva (cbhsantoantonio@yahoo.com.br)
- Organizações não Governamentais: Paulo Fernandes Cardoso (paulofernandes@copodhemfe.org.br)

DEMAIS PRESENTES:

- Carlos Benedito Marcondes Cabral (IAP/SP) -
- Carlos Pedroza de Andrade (ABINAM) - abinam@abinam.com.br
- Célia Regina Bueno Palis Poeta (SMA/SP) - celiap@cetesbnet.sp.gov.br
- Diana Bueno (ELABORE) – diana.gilli@elabore.com.br
- Eduardo Mazzolenis (CETESB/SP) – ee@cetesbnet.sp.gov.br
- Elcio Linhares Silveira (DAEE/SP) – elsilveira@sp.gov.br
- Emanuel Teixeira de Queiroz (DNPM) – emanuel.queiroz@dnpm.gov.br
- Félix Antônio Lins Fialho (SEMARH/RN) - felixfialho@yahoo.com.br
- Luiz Fabiano Lopes da Silva (ELABORE) - luis.fabiano@elabore.com.br
- Marcelo Pires da Costa (ANA) – marcelo@ana.gov.br
- Marina Scalón (MME) – marina.scalon@mme.gov.br
- Roberta Baptista Rodrigues (RB Recursos Hídricos/SP) – roberta@gmail.com

RELATORIA CTPOAR:

- Raquel Scalia Alves Ferreira (raquel.scalia@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às 09h58 do dia 17 de maio do ano de dois mil e sete, sob a presidência da Sra. Leila de Carvalho Gomes (CERH/SP), procedeu-se à abertura da 56ª Reunião da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. A presidente agradeceu a presença de todos em São Paulo e a gentileza do Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE em ceder o espaço para essa reunião. Informou sobre a disponibilização, no *site* da CETESB, do relatório de qualidade de águas do Estado de São Paulo o que justificaria a discussão do reenquadramento dos corpos hídricos de São Paulo e a introdução deste tema nas discussões com os Comitês de Bacias do Estado, o que levou a convidá-los para a reunião do GT Revisão da Resolução CNRH nº 12, de 2000. [Item 2 - Aprovação da Ata da 55ª Reunião da CTPOAR.](#) A ata da 55ª reunião foi aprovada sem modificações. [Item 3 – Análise da proposta de resolução encaminhada pelo GT Águas Minerais.](#) A **Sra. Leila (CERH/SP)** esclareceu que a proposta de resolução encaminhada a CTPOAR foi resultado dos trabalhos do GT Águas Minerais que se reuniu por oito vezes. Disse que as mudanças ocorridas no foco da proposta de resolução, já seriam de conhecimento de todos, fato impulsionado pelos pareceres existentes sobre o tema. Enfatizou que o objetivo desta reunião seria de melhorar o texto da proposta da resolução, para tanto aguardava contribuições positivas, profícuas e desarmadas. Iniciou então com a leitura dos considerandos, onde acordaram que não seriam citados os documentos infra-legais, para que não fossem necessárias as citações de Leis Estaduais. Ratificaram que a proposta citaria o instrumento outorga de recursos hídricos, sem a intenção de inserir novos instrumentos de gestão de águas minerais e sim uma troca de informações entre os sistemas. Por analogia ao Sistema de Recursos Hídricos, acordaram que seria utilizada a denominação de órgão gestor de recursos minerais. Quanto ao art. 2º, decidiram que constaria um inciso definindo águas minerais para evitar a repetição da expressão “água mineral, termal, gasosa, potáveis de mesa ou destinadas a fins balneários”, para tanto ponderaram quanto ao uso da expressão “águas minerais” que abarcaria todas as demais citadas. Também definiram para este artigo, a hierarquização dos incisos por ordem alfabética e a definição de portaria de lavra para água mineral, não adotando a do Código de Mineração. Analisaram todas as informações a serem solicitadas conforme apresentado no art. 3º, distinguiram área de pesquisa de área de proteção, além de ponderarem sobre o papel dos comitês e seus planos na definição das áreas de restrição. Foi ainda esclarecido que por ser água subterrânea, cuja dominialidade é do estado, o órgão gestor estadual pode também definir essas áreas de restrição, devendo ficar no texto algo mais genérico, não falando de competências. Os artigos 4º, 5º e 6º, foram analisados até às 12h06, horário em que se iniciou o intervalo de almoço. Às 14h, foram retomadas as discussões a partir do art. 7º, em que foi solicitado pelo **Sr. Paulo Fernandes (ONGs)** a inclusão de artigo sobre o envio das informações sobre as portarias de lavras para os Comitês de Bacia envolvidos, contudo a proposta não foi acatada, sendo justificada pela publicização das informações dada pelo Diário Oficial e sua disponibilização nos sites das instituições, o que evitaria ações burocráticas. Nesse sentido, foi enfatizado pelos órgãos gestores que quando há demanda de informações pelos Comitês essas são sempre atendidas. No art. 8º surgiu a proposta, por parte dos representantes do DNPM, de serem definidos prazos para as trocas de informações e manifestações, bem como um parágrafo clarificando que não sendo cumpridos os prazos isto não constituiria impedimento para a publicação dos atos administrativos de qualquer dos órgãos gestores. A **Sra. Patrícia (Indústrias)** apresentou sua discordância com a proposta, dizendo ser deselegante a proposta apresentada, pois indicaria procedimentos no caso da sua inobservância, dando assim abertura para o seu descumprimento. Disse ainda que o *caput* já indicaria a necessidade do estabelecimento de prazos. A **Sra. Célia Fróes (IGAM)** informou

que no Estado de Minas Gerais quando do encaminhamento da solicitação de manifestação estes órgãos gestores já indicam os prazos limites para a manifestação, caso não sejam respeitados é dado andamento aos processos estando resguardados devido ao prazo estabelecido no encaminhamento. Disse ainda não ser possível a determinação de um prazo para todo o país, pois isto dependeria da capacidade técnica dos órgãos. Ainda refletiu que tal determinação poderia engessar a própria articulação. A **Sra. Marina (MME)** informou que o DNPM possui procedimentos a serem respeitados pelos seus distritos, tais como prazos de análise e caso os prazos não sejam apontados nesta resolução, isso poderá impactar os prazos já utilizados pelo DNPM e ainda apontou a necessidade de um prazo comum para todo o país, devido a dificuldade que o DNPM teria quando da definição de prazos específicos de cada Estado. A **Sra. Patrícia (Indústrias)** sugeriu a exclusão dos parágrafos apresentados pelos representantes do DNPM e a inserção, ao final do caput, a frase “ser formalizado em documento próprio”, o que foi apoiado pelo Sr. Leonardo e a Sra. Vera. O **Sr. Emanuel (DNPM)** apontou que a não definição de prazos iria prejudicar o DNPM, bem como a proposta de outorga on-line que a empresa possui. Enfatizou que a definição de prazos existiria em Resoluções do CONAMA, assim podendo o CNRH também definir. O **Sr. Sebastião (MME)** complementou dizendo que em resoluções do CNRH, já houve a definição de prazos, assim citando a Resolução CNRH nº 37. Insistiu na necessidade de estar claro no artigo que a não observância do prazo não impediria o andamento dos processos. A **Sra. Vera (CERH/RN)** lembrou dos prazos existentes em legislações estaduais, no qual esta proposta não poderia ferir, assim devendo ser um acordo entre as partes em documento próprio. O **Sr. Leonardo (ANA)** disse que se os prazos fossem determinados indicaria que alguns atos administrativos de ambos os órgãos poderiam ser pré-requisitos um dos outros, o que não poderia por serem processos distintos. O **Sr. Emmanuel (DNPM)** insistiu na determinação dos prazos máximos como balizador nacional, advindos dos projetos de modernização do órgão, que vislumbra procedimentos de outorga *on line*. Esta não determinação de prazos atrapalharia o cumprimento desse projeto. O **Sr. Roberto (SRHU)** ponderou sobre os procedimentos de uma outorga *on line* diante da análise complexa que esse ato administrativo necessita e ainda lembrou da responsabilidade intrínseca que cada um dos órgãos possui. **Luiz (CERH/BA)** fez uma reflexão sobre a real capacidade dos órgãos federais e estaduais, bem como a sincronização dos trabalhos dos órgãos envolvidos, respeitadas as deficiências de cada um, evitando assim o engessamento. O **Sr. Leonardo (ANA)**, ainda ressaltou a importância do contato entre os órgãos o que não seria determinado com a definição de prazos em uma Resolução. A **Sra. Marina (MME)** questionou o que seria documento próprio, recebendo a informação que seriam convênios ou ofícios ou resoluções. O **Sr. Sebastião (MME)** esclareceu que o DNPM poderia determinar em seus distritos que não assinassem convênios, ofícios ou resoluções junto aos órgãos gestores de recursos hídricos, com prazo superior a 60 dias. A **Sra. Marina (MME)** ratificou a necessidade dos prazos para que os procedimentos sejam ágeis. Nesse momento foi estipulado intervalo de 5 minutos para elaboração de proposta alternativa para o artigo. Findados os 5 minutos, A **Sra. Patrícia (Indústrias)** apresentou proposta de parágrafo único tratando do acordo específico a ser realizado entre os órgãos e o não comprometimento do andamento dos processos quando não respeitados os prazos. Os representantes do DNPM/MME mativeram a proposta apresentada, sustentando a opinião desse órgão quanto à necessidade de determinação de prazo e seu cumprimento. A **Sra. Leila (CERH/SP)** direcionando para o encaminhamento final, enfatizou a possibilidade do órgão gestor de bens minerais criar protocolos próprios, com as definições de prazos junto a seus distritos. Esclareceu que em Leis não são definidos prazos, podendo ser feito em ato administrativo próprio. Após encaminhamento de votação, com os votos contrários do MME, vislumbraram a possibilidade da determinação dos prazos do DNPM junto aos seus Distritos, a partir de protocolo próprio. A **Sra. Marina (MME)** esclareceu quanto a outorga *on line*,

esta não seria para a outorga e sim para o alvará de pesquisa e seria uma ferramenta de auxílio para o empreendedor, sendo que este procedimento passa pela oneração da área, assim estando condicionada e que esta proposta estaria prevista em PL. A **Sra. Leila (CERH/SP)** solicitou que no Ofício de encaminhamento dessa proposta para a CTIL que constasse o posicionamento do DNPM quanto a determinação de prazos. O **Sr. Emmanuel (DNPM)** solicitou que constasse em Ata a manifestação quanto a determinação de prazos limites e informou que estaria defendendo tal posicionamento nas demais instâncias do CNRH. Passou-se para a análise do art. 9º, havendo duas propostas, uma composta pelo representante da ABINAM e pela representante das Indústrias. O **Sr. Pedroza (ABINAM)** defendeu sua proposta de artigo em seu texto original por considerá-lo uma síntese, contudo não apoiou o uso da expressão tomada de decisão por ser entendida nos demais artigos, 4º, 5º e 6º. A **Sra. Patrícia (Indústrias)** disse que o art. 9º, da forma apresentada, não teria razão de ser, estando este deselegante, partindo do pressuposto que os órgãos não iriam articular-se. O **Sr. Roberto (SRHU)** destacou o efeito didático que o artigo teria, dando ênfase ao processo e não a troca de atos. Após leitura geral dos artigos verificaram que nos artigos 6º e 7º a tomada de decisão estaria contemplada. O **Sr. Leonardo (ANA)** ressaltou a diferença entre troca de informações e tomada de decisão, sendo também desejável. Comentou que pessoalmente acreditava que o procedimento de análise estaria contido no processo de tomada de decisão. Ponderou quando os atos decisórios dos órgãos gestores de recursos hídricos e bens minerais forem contrários, recaindo o prejuízo sobre o empreendedor, ressaltou assim a importância da expressão compatível. Após os debates sugeriam a inserção do compartilhamento de informações e a compatibilização de procedimentos no art. 3º. A **Sra. Célia (SMA/SP)** disse que as informações trocadas seriam insuficientes sendo ideal a compatibilização das tomadas de decisão e fazer esse compartilhamento o que evitaria pareceres contrários, resguardando o empreendedor. A **Sra. Patrícia (Indústrias)** ponderou sobre o compartilhamento de informações sendo esta uma ação que incidiria sobre a tomada de decisão, pois caso não fosse feito os artigos 6º e 7º estariam sendo desrespeitados, estando claro que os órgãos irão tomar decisões observando todas as informações. Conclui dizendo que o art. 9º seria para ressaltar os procedimentos a serem cumpridos conforme os artigos 6º e 7º determinam. A **Sra. Marina (MME)** ponderou sobre a não vinculação entre os atos, o que também não determinaria a compatibilização da tomada de decisão. A **Sra. Tereza (Concessionárias)** ponderou sobre a deselegância de se colocar a expressão “compatibilização de tomada de decisão”, sugerindo colocar outra expressão, justificada pela autonomia de cada órgão em sua tomada de decisão, sendo correto a “compatibilização do processo de análise”. O **Sr. Emmanuel (DNPM)** foi favorável da exclusão do art. 9º por acreditar que este seria uma repetição, o que foi apoiado pelo Sr. Sebastião. O **Sr. Luiz (CERH/BA)** mencionou sobre os casos de conflito, razão pela qual a conclusão da análise deveria ser conjunta e por isso a importância da manutenção do art. 9º. A **Sra. Leila (CERH/SP)** corroborando com a manutenção do artigo lembrou o quanto seria desagradável para o empreendedor possuir pareceres contrários, dos dois sistemas, sendo evitado com a aplicação do artigo em questão que trata da compatibilização. Enfatizou que o artigo tentava passar um recado para os órgãos gestores sentarem e conversarem antes dos posicionamentos conflitantes. O **Sr. Pedroza (ABINAM)** comentou sobre a necessidade de uma redação mais objetiva para todo o texto, sendo assim favorável a exclusão do artigo. A **Sra. Patrícia (Indústrias)** também apontou ser desnecessário o artigo. O **Sr. Lincon (Irrigantes)** imaginou a possibilidade de se inserir no art. 3º também a tomada de decisão, contudo após discussões, acreditava na viabilidade da manutenção da tomada de decisão no art. 9º e para o art. 3º somente a compatibilização de procedimentos. Não havendo consenso junto ao art. 9º, encaminhou-se para a votação, havendo dois votos contrários a sua manutenção, MME e Indústrias. Foram solicitadas explicações sobre o Lamim, laboratório oficial vinculado a CPRM, e o credenciamento de demais laboratórios, que ainda não vem

aconteceu devido às exigências quanto a equipamentos que não foram adquiridos por essas empresas considerando a reduzida demanda por análises de água mineral não justificando suas aquisições. O DNPM disse ainda que teria interesse em credenciar outros laboratórios e que começou uma campanha pra isso, sendo a meta mínima um laboratório por região, mas que até o presente momento somente estaria prestes a credenciar o laboratório de Recife – IDEP, ligado a Universidade. Finalizando, ponderou sobre a dificuldade quanto ao controle de qualidade e referência de parâmetros. Retomada a análise da proposta de resolução, o DNPM apresentou proposta de redação para o art. 11 que foi acatada por todos. Retornando ao art. 10 o **Sr. Pedroza (ABINAM)** disse não fazer sentido colocar outra qualificação para análise da água, e sim análise para água mineral o que retrataria o instrumento legal existente que determina os parâmetros a serem analisados para água mineral. Não havendo mais comentários, a proposta foi aprovada com as modificações, conforme **anexo I**, sendo solicitado seu encaminhamento às CTIL para as análises cabíveis, havendo o ressaltado de que esta matéria não fosse analisada pela Plenária como matéria de urgência, devido ao desgaste que acontece quando dos pedidos de vistas, que em sua maioria recaem sobre as matérias de requerimento de urgência. [Item 6 - Assuntos Gerais](#). Acordaram os dias 20 e 21 de junho para a próxima reunião da CTPOAR, em Brasília. Foi passada a palavra ao **Sr. Erivelto (Prestadoras)** que comentou sobre as discussões, bem como as apresentações, acontecidas nas reuniões da CTAS, quanto à poluição na região do Karst no Paraná. Enfatizou a apresentação ocorrida, onde a Sanepar foi citada pela exploração irresponsável nesta região, o que não seria verdade. Assim, solicitou encaminhamento de Ofício à CTIL para que quando um assunto dessa natureza fosse abordado as partes interessadas fossem convidadas a participar durante toda a análise, o que garantiria os esclarecimentos necessários e um espaço democrático para discussão, com amplo poder de defesa, isso se tornando um procedimento a ser adotado no CNRH. O **Sr. Roberto (SRHU)** disse ser justa a indignação, mas sugeriu que o fato, bem como as proposições de procedimentos fossem relatadas a Secretaria Executiva do CNRH e não por intermédio de uma CT, que não estaria envolvida com o tema. O **Sr. Emmanuel (DNPM)** disse que a Sanepar deveria buscar seu espaço, e comentou que algumas instituições seriam vítimas de ONGs e de documentos que destratariam as instituições. O **Sr. Leonardo (ANA)** sugeriu que fosse buscado espaço na CTAS e solicitado que nas próximas discussões a empresa fosse comunicada. A **Sra. Leila (CERH/SP)** falou que para o fato seria mais indicado um Ofício à Secretaria Executiva. Na sequência, encerrou a reunião às 17h20 ratificando a discussão do item 4 da pauta para o próximo dia às 9h30 na Sabesp. Às 9h30 do dia dezoito de maio de dois mil e sete, a **Sra. Leila (CERH/SP)** reiniciou a 56ª reunião da CTPOAR, agradecendo a presença de todos e justificando o convite para participação dos comitês das bacias hidrográficas do Estado de São Paulo a partir do compromisso assumido por ela junto a Coordenadoria de Recursos Hídricos, que priorizou em recente encontro com os Comitês Paulistas, o reenquadramento dos corpos hídricos do Estado e como a CTPOAR estaria discutindo a revisão da Resolução CNRH nº 12, esta participação demonstraria parte da dificuldade que o tema envolve. Relatou que esta revisão foi provocada pela ANA diante das dificuldades que ela estaria enfrentando quanto a aplicação desta Resolução. Citou as apresentações feitas pelos representantes de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, que mostraram as experiências e metodologia utilizada, bem como o grau de dificuldade enfrentando. Agradeceu o espaço cedido pela Sabesp e passou a palavra para o **Engº Lavrador da SABESP**, que fez um breve comentário sobre as mudanças que estariam acontecendo na gestão de recursos hídricos do Estado, principalmente com a criação da Superintendência de Gestão Ambiental e para tanto necessitando serem mudadas posturas internas, buscando a pró-atividade, com parceria, o que diminuiria as deficiências internas. Ressaltou o papel participativo que a instituição possui nos comitês da região, acreditando que esse seria o canal para a mudança de postura, diante da visão integrada da bacia que estariam

adquirindo com essa participação efetiva, afinal o contexto atual recairia sobre a necessidade de diálogo, e finalizou lembrando que a unilateralidade somente alcançaria os preconceitos. Agradeceu a presença de todos, ressaltou a satisfação em receber a Câmara Técnica do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e desejou uma profícua reunião. A **Sra. Leila (CERH/SP)** estendeu os agradecimentos a participação dos técnicos da Sabesp e os participantes dos comitês de bacias presentes. Passou a palavra para o **Sr. Eduardo (CETESB)** que iniciou sua palestra informando que esta teria um caráter de reflexão. Deu continuidade comentando sobre a possibilidade de controle da poluição no Estado de São Paulo com o enquadramento. Historiou a poluição no Estado, com ênfase na cidade de São Paulo, considerando a sua Urbanização e Industrialização e o quanto estariam correlacionadas com demandas externas. Destacou fatos específicos de alguns corpos d'água que na década de 50 já apresentavam níveis críticos de poluição, bem como o restrito tratamento de esgoto e também a criação da 1ª Agência para controle de poluição ambiental e a legislação que criou a primeira classificação dos corpos d'água, que constava de seis classes, sendo a última referente a esgoto a céu aberto. Tratou do modelo de desenvolvimento existente no país na década de 70, onde os recursos naturais seriam insumos para estratégia do desenvolvimento e citou a crise sócio-ambiental vivida na época, com a degradação ambiental. Disse que houve o reconhecimento dos problemas sócio-ambientais, mas que o foco ainda estaria no controle da poluição industrial, o que revelava a necessidade do fortalecimento do planejamento ambiental. Referindo-se a mesma época, destacou a Criação da CETESB, do Comitê Técnico de Controle de Poluição das Águas, da publicação do Decreto nº 52.490, que dispunha sobre a proteção dos recursos hídricos em São Paulo e do Decreto nº 52.864 que aprovava o enquadramento de 50% dos corpos d'água de São Paulo. Ressaltou que nesta época iniciou-se os trabalhos com enquadramento, com foco nas bacias críticas como Piracicaba, Tietê e Paraíba do Sul. Em seguida, apresentou as conseqüências do modelo de desenvolvimento existente que não considerou a racionalização dos usos dos recursos naturais nem formas de produção mais limpa, atingido a Capital e o interior do Estado. Depois colocou a nova situação político-institucional, onde o ator que planejava coloca-se fora da realidade planejada, também não considerando outros atores planejadores, tendo como resultado ações corretivas e não preventivas, por estas características criando conflitos. Mostrou a evolução dos sistemas de gestão, a luz da Resolução CONAMA nº 20/86, da Constituição Federal/88, da Política Estadual de Recursos Hídricos, Lei nº 7.663/91, da Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei nº 9.433/97 e da Resolução CONAMA nº 357/05, caracterizadas pela visão descentralizada, participativa e integrada, apontando o enquadramento como o elo entre os sistemas de gestão de meio ambiente e de recursos hídricos. Destacou a revisão da Resolução CONAMA nº 20/86 justificada pela necessidade de harmonização com a Lei nº 9433/97 e legislações referentes à saúde, além da incorporação de novos conhecimentos trazidos pela intensa evolução tecnológica sobre os parâmetros importantes para a avaliação dos recursos hídricos. Focou nas diretrizes ambientais para o enquadramento, como as metas progressivas, definição dos parâmetros representativos dos impactos, enquadramento como planejamento e ações prioritárias de gestão. Em seguida ilustrou a situação dos recursos hídricos em São Paulo, a partir da disponibilidade m³/hab/ano. Apresentou a rede de monitoramento de qualidade da água, citando os parâmetros observados. Comentou sobre os índices de qualidade de água adotados no Estado e a evolução do IAP. Graficamente colocou as causas hidrológicas das variações de qualidade da água, bem como o saneamento existente nestes corpos d'água. Finalizando apresentou sugestões gerais para o enquadramento, baseadas na simplicidade, progressividade, aceitabilidade e na integração de ações. Destacou ainda o cuidado com o enquadramento das águas salobras e salinas e a articulação com o Sistema de Gerenciamento Costeiro. Nesse momento a palavra foi cedida ao **Sr. Rocco (CETESB)**, que brevemente comentou sobre a experiência do PCJ em enquadramento, principalmente obtidas

na realização de oficinas. Lembrou que o enquadramento foi decorrente das discussões do Plano, no caso para o período de 2004 – 2007, sendo este uma ferramenta, que subsidia ações para o enquadramento, estando também o diagnóstico dos mananciais e medidas para preservação. Enfatizou as consultas públicas realizadas para o plano, onde foram observadas as demandas para o enquadramento, bem como a necessidade de termos de ajustamento de conduta, como no caso do sistema Cantareira. Citou as oficinas técnicas onde foram apontados os princípios do Plano da bacia e os conteúdos dos termos de referência para a sua elaboração, sendo o próximo para o período de 2008-2020. Informou que neste TR constariam as demandas do enquadramento, como as metas intermediárias, visando a melhoria da qualidade das águas da bacia. Destacou ainda que o plano preveria a cobrança, que já estaria acontecendo e quando da discussão desse tema observou-se a relação entre a qualidade da água. Finalizando informou que os TR prevêem audiências públicas. Foram abertas as inscrições e diretamente passada a palavra para o **Sr. Cabral (IAP)** que ponderou sobre a dificuldade de acesso as informações e sobre a necessidade de integração entre os comitês para trocas de experiências. O **Sr. Rocco (CETESB)** lembrou que até 2008 os comitês deveriam elaborar, utilizando critérios mínimos, a adequação de seus planos e que a cobrança somente poderia ocorrer após os planos atualizados. O **Sr. Marcelo (ANA)** ponderou sobre os casos das bacias federais e estaduais existentes na mesma região questionando a forma de pactuação com os estados quando do enquadramento, considerando a influência existente entre esses corpos d'água. Colocou a ANA a disposição para auxiliar em demandas diversas quanto aos planos e enquadramentos e o envolvimento entre as partes. O **Sr. Rocco (CETESB)** comentou que esses processos de pactuação seriam dinâmicos e necessitariam de tempo para o amadurecimento, bem como a contratação dos TRs, apesar da urgência das demandas. Ressaltou a admissão de alguns comitês da necessidade de serem pró-ativos, bem como da CETESB que estariam buscando isso como prioridade da empresa. Disse ainda da necessidade de se aproveitar esses fóruns e discutir todos os temas, como cobrança, enquadramento, plano, afinal todos estariam motivados. O **Sr. Roberto (SRHU)** ratificou que a integração poderia ser consagrada pelo instrumento enquadramento. A **Sra. Jussara (CETESB)** aproveitou para ressaltar a participação da CETESB, órgão de meio ambiente, nos comitês de bacia. A **Sra. Patrícia (Indústrias)** parabenizou o Sr. Eduardo pela palestra e ponderou a aplicação da palavra planejamento que revelaria ações, não se limitando a ações de controle e sim de planejamento. Concluiu dizendo que visar somente controle seria a cultura dos desastres ambientais Aproveitou para ressaltar a necessidade de revisão da Resolução CNRH nº 12 e as lacunas ainda existentes na Resolução CONAMA nº 357/05 que não propiciou a integração dos sistemas de gestão. O **Sr. Rocco (CETESB)** questionou se os usos preponderantes existentes nos planos do Estado já seria um pré-enquadramento ou para que serviria? O **Sr. Eduardo (CETESB)** comentou sobre a interligação existente entre os sistemas de gestão, a luz da Resolução CONAMA nº 357/05 que foi fruto de uma demanda reprimida e da necessidade da renovação legislativa, mas que as mudanças precisariam ser incorporadas não sendo o instrumento legislativo que iria resolver os problemas da bacia. Disse ainda que o enquadramento associaria o planejamento com os instrumento do licenciamento. A **Sra. Leila (CERH/SP)** comentou sobre os planos que deveriam respeitar as vocações da bacia e apresentar o quantitativo das demandas o que revelaria o perfil da bacia, os tipos de usuários e onde estaria locada a água, informações importantes para o enquadramento, devendo ser disponibilizadas à sociedade o que facilitaria o entendimento e os planejamentos de empreendimentos de grande e pequeno porte. Aproveitou para informar sobre os dados de Outorga (68.000 usos) disponibilizados no *site* do DAEE e convidar todos os comitês para conhecê-los, o que fomentaria a discussão. Também comentou sobre a participação nessa reunião o que ampliaria o conhecimento sobre as discussões referentes ao enquadramento. O **Sr. Cabral (IAP)** informou sobre o projeto de monitoramento da

qualidade de água, junto às escolas, sendo esta uma contribuição da sociedade civil que usaria sua linguagem própria, mas que com técnica poderia gerar dados importantes e disse ainda que esse dado poderia ser aproveitado para a cobrança do uso da água, considerando que estaria baseada na quantidade de DBO. A **Sra. Roberta (RB Recursos Hídricos)** ponderou sobre a relação existente entre a vazão de referência e o enquadramento, apontando a necessidade de sua definição, bem como a de zona de mistura. Disse ainda da impossibilidade de enquadrar na ausência de um sistema de gestão integrado. Deu exemplo sobre o trecho do rio onde ocorre o lançamento de efluente, tratado ou não, e os potenciais conflitos. O **Sr. Rocco (CETESB)** não apresentou resposta, mas informou que o assunto estaria em discussão na CT de Saneamento, sendo a conclusão muito esperada. O **Sr. Eduardo (CETESB)** lembrou que o conceito utilizado para a vazão de referência seria a Q_{7,10}, mas que estaria inadequado para as bacias muito antropizadas, devido a contaminação em série, assim, chamou a atenção para essa discussão, que possui viés técnico e político. Comentou sobre a correlação existente entre o crescimento da população e o impacto sócio-econômico, sendo esta uma equação simples, envolvendo problema de desenvolvimento estrutural, não recaindo somente na racionalização do uso. Ponderou sobre auto-depuração, sendo esta uma questão de gestão, devendo ser baseadas em simulação. Lembrou ainda que o órgão ambiental seria o responsável pela decisão do uso atual das águas no caso de lançamento de efluentes. O **Sr. Roberto (SRHU)** comentou que a vazão de referência estaria ligada às questões de risco, sendo uma ferramenta para tomada de decisão. Sobre a zona de mistura comentou sobre o equívoco existente na legislação, devendo ser minimizada essa zona. A **Sra. Leila (CERH/SP)** comentou sobre a escolha de metodologia de vazão de referência, sendo um comportamento dos usuários uma escolha mais restritiva, ou seja, a Q_{7,10}, como foi o caso da bacia do Paracatu. O **Sr. Rocco (CETESB)** comentou sobre o marco regulatório do saneamento, apresentando metas e lembrou da relação destas com o enquadramento, sendo mais uma justificativa para a ação de reenquadramento. A **Sra. Leila (CERH/SP)** agradeceu a presença dos palestrantes, dos participantes e solicitou a permanência após o intervalo de almoço, para a 4ª Reunião do GT Revisão da Res. nº 12. Às 13h43 foi iniciada a [4ª Reunião do GT Revisão da Resolução nº 12](#), pelo **Sr. Leonardo (ANA)**, coordenador do GT, que fez um breve relato apresentando os motivos que levaram a revisão desta Resolução e ressaltou as apresentações anteriormente ocorridas onde foram mostradas as experiências sobre enquadramento, em Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Explicou a metodologia de trabalho do grupo e solicitou que todos participassem, passou então para a apreciação do art. 3º. Ponderaram sobre o instrumento enquadramento quando da ausência de comitê, fórum importante para a decisão das metas e definição da aptidão da bacia, ficando acordado que seria o órgão gestor, mas que estes não pactuariam e sim considerariam a classe correspondente aos usos preponderantes e que seria uma regra de transição, até que o comitê fosse criado. Lembraram do papel pro - ativo que o órgão gestor teria para o caso de poluição, visando evitar tal situação. Ainda ressaltaram o cuidado em não estarem transformando o Comitê em algo menor, lembrando da necessidade da legitimidade do plano, bem como dos pactos, a saber que os comitês deveriam ser estimulados até pelo espaço de contestação da sociedade civil. Enfatizaram que o enquadramento seria o coração que ligaria a quantidade e a qualidade das águas, interferindo nos instrumentos outorga e cobrança e que este seria vivência, devendo os cidadãos serem preparados para planejar a região. Ainda comentaram sobre o problema do enquadramento das águas salinas e salobras e a dificuldade no levantamento de dados precisos para a realização do enquadramento. A análise aconteceu do art. 3º ao 4º. Às 16h05 a reunião foi encerrada com agradecimento geral a todos, bem como a casa que acolheu a reunião.

Ata aprovada na 58ª reunião, realizada nos dias 30 e 31 de agosto de 2007.

LEILA DE CARVALHO GOMES
Presidente da CTPOAR

RAQUEL SCALIA ALVES FERREIRA
Relatora da CTPOAR